

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Suscitante: **Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Pará - SENPA**, entidade sindical profissional, com endereço à Trav. Padre Eutiquio, 579 – Campina – Belém - PA, por sua Presidente, Dra. Antonia Trindade Valente dos Santos;

Suscitado: **Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo – SINAMGE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.794.567/0001-15, com sede à Avenida Paulista, 171, 11º andar, Cerqueira César, São Paulo – SP, por seu Diretor, WAGNER BARBOSA DE CASTRO, inscrito no CPF/MF sob o nº 530.164.088-72.

Entre as entidades sindicais acima indicadas, fica estabelecida a presente Convenção Coletiva de Trabalho, mediante as seguintes cláusulas e condições, que reciprocamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA 1ª - REAJUSTE SALARIAL:

As empresas integrantes da categoria econômica do Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo - SINAMGE concederão aos seus empregados, integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Pará – SENPA, um reajuste salarial de 5,49% (cinco inteiros e quarenta e nove décimos por cento), aplicado sobre os salários vigentes em 31 de março de 2.010, para ser pago em 2 (duas) vezes iguais, na seguinte forma:

- a) 2,74% (dois inteiros e setenta e quatro décimos por cento), sobre o salário vigente em 31 de março de 2.010, incorporados à remuneração do empregado a partir de 1º de fevereiro de 2011; e
- b) 5,49% (cinco inteiros e quarenta décimos por cento), sobre o salário vigente em 31 de março de 2.010, incorporados à remuneração do empregado a partir de 1º de março de 2.011.

Parágrafo Único: Serão compensadas do Reajuste previsto na presente cláusula, todas as antecipações concedidas no período de 1º de abril de 2.009 até 31 de março de 2.010, bem como as Participações nos Lucros e Resultados das empresas (PLR), abonos pecuniários e antecipações salariais concedidos a partir de 1º de abril de 2.010.

CLÁUSULA 2ª - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DA EMPRESA:

Os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho terão direito à percepção de um PLR (Participação em Lucros e Resultados), não integrante da remuneração do trabalhador para todos os fins legais, no valor correspondente a 7% (sete por cento) do salário nominal vigente em 31 de março de 2.010 de cada empregado, pagável de uma só vez, até 31 de julho de 2.010.

Parágrafo Primeiro: Serão deduzidos da Participação nos Lucros e Resultados, prevista nesta cláusula, os valores das eventuais antecipações salariais efetivamente pagas a partir de 1º de abril de 2.010 até 31 de julho de 2.010.

Parágrafo Segundo: Caso a empregadora tenha em vigor, para o exercício de 2.010, PLR (Participação nos Lucros e Resultados) mais benéfico para o trabalhador, do que ficou ajustado nesta cláusula, para o empregado prevalecerá unicamente o que for de maior valor para o obreiro.

Parágrafo Terceiro: Somente terão direito à Participação nos Lucros e Resultados ora fixada, os empregados em atividade na empresa no dia 1º de abril de 2.010.

CLÁUSULA 3ª - PISO SALARIAL

As empresas de Medicina de Grupo, integrantes da categoria do Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo - SINAMGE, respeitarão, para os seus enfermeiros, integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Pará - SENPA, o seguinte piso salarial:

- a) R\$ 1.523,50 (um mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2.011;
- b) R\$ 1.556,59 (um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), a partir de 1º de março de 2.011.

CLÁUSULA 4ª - CESTA BÁSICA:

Fica mantida a concessão mensal de uma cesta básica tradicional de 25 (vinte e cinco) quilos de produtos alimentícios a cada um dos empregados, abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, que será entregue até o dia 20 do mês subsequente ao de referência, sendo facultado ao empregador o cumprimento desta obrigação através do vale-cesta ou ticket-cesta equivalente. A cesta básica a que se refere esta cláusula conterà a seguinte composição:

10 quilos de arroz,
03 quilos de feijão;
03 latas de óleo de soja;
½ quilo de café torrado e moído;
05 quilos de açúcar;
½ quilo de farinha de mandioca;
01 quilo de macarrão;
01 quilo de farinha de trigo;
02 latas de 140 gramas de extrato de tomate;
01 quilo de sal refinado;
½ quilo de milho;
01 pacote de 200 gramas de biscoito doce;
01 pacote de 200 gramas de biscoito salgado; e
02 latas de leite em pó de 400 gramas cada uma.

Parágrafo Único: O vale-cesta ou ticket-cesta obedecerá os seguintes valores:

- a) R\$ 73,10 (setenta e três reais e dez centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2.011;

b) R\$ 75,05 (setenta e cinco reais e cinco centavos), a partir de 1º de março de 2.011.

CLÁUSULA 5ª - SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL:

Em qualquer substituição interna, de um empregado por outro, que tenha caráter eventual, o substituto deverá receber o mesmo salário do substituído, enquanto perdurar essa substituição, sem que se considerem as vantagens pessoais, em consonância com o Enunciado nº. 159 do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA 6ª - GARANTIAS SALARIAIS NA ADMISSÃO:

Garantia de igual salário ao empregado admitido para a função de outro, dispensado sem justa causa, sem considerar as vantagens pessoais.

CLÁUSULA 7ª - PAGAMENTO DE SALÁRIOS:

Os empregadores, que efetuarem o pagamento dos salários e demais consectários legais a seus empregados através de cheques, deverão proporcionar-lhes o direito de se ausentarem do trabalho para descontar esses cheques, dentro do horário de funcionamento dos bancos sacados, obedecida prévia escala elaborada pela administração da empresa, excluídos os horários de refeições.

CLÁUSULA 8ª - COMPROVANTE DE PAGAMENTO:

Serão fornecidos, obrigatoriamente, demonstrativos de pagamento, com discriminação das horas trabalhadas e de todos os títulos que componham a remuneração, importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e o valor do recolhimento do FGTS.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ocorrendo erro na folha de pagamento, as empresas pagarão aos seus empregados as eventuais diferenças no prazo de 10 (dez) dias, a contar da comunicação por escrito, feita pelo trabalhador.

CLÁUSULA 9ª - P I S:

O tempo necessário para o recebimento do PIS, durante o horário normal de trabalho, não será descontado, nem do DSR, férias, 13º salário, bem como do dia do recebimento, desde que não seja possível o referido recebimento fora do horário da jornada de trabalho.

CLÁUSULA 10ª - TRANSPORTE:

O encerramento do expediente que se verificar no período noturno, nas empresas que não fornecem transporte coletivo, deverá coincidir com os horários cobertos normalmente por serviços de transporte público na região.

CLÁUSULA 11ª - GARANTIA AOS EMPREGADOS ESTUDANTES:

I - O horário de trabalho do empregado estudante, desde que matriculado em estabelecimento de ensino e cursando o primeiro grau, segundo grau, curso superior e curso de formação profissionalizante, deverá ser respeitado, desde que notificada a empresa dentro de 30 (trinta) dias a partir da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho ou matrícula do estudante nos citados cursos. Esta garantia cessará ao término da etapa que estiver cursando.

II - Serão abonadas as faltas de empregados estudantes, para prestação de exame em escolas oficiais autorizadas ou reconhecidas, desde que pré-avisado o empregador com um mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência e comprovação posterior, no mesmo prazo e que o horário de trabalho seja incompatível com o da prova.

CLÁUSULA 12ª - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS:

Reconhecimento da validade dos atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais, tanto vinculados à empresa, quanto ao Sindicato ora suscitante, para fins de abono de faltas ao serviço.

CLÁUSULA 13ª - ASSISTÊNCIA MÉDICA:

As empresas de Medicina de Grupo, abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, concederão gratuitamente a seus empregados assistência médica nos limites de cobertura assistenciais previstos nos respectivos planos de saúde básicos comercializados por cada empresa.

CLÁUSULA 14ª - HORAS EXTRAORDINÁRIAS:

As horas extraordinárias, assim entendidas aquelas trabalhadas além do horário diário normal e as dobras de plantões, domingos e feriados, em qualquer hipótese, serão pagas com adicional de 100% (cem por cento).

CLÁUSULA 15ª - BANCO DE HORAS

Para as empresas interessadas, os empregadores poderão adotar o sistema de banco de horas, através do qual o excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 1 (um) ano, a referida compensação. O empregador poderá optar pela compensação dentro do período destinado à compensação horas prevista nesta cláusula.

Parágrafo Único: Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, ou após o decurso do prazo estabelecido nesta cláusula, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão de seu contrato de trabalho, ou do efetivo pagamento, observando-se os adicionais estabelecidos na presente norma coletiva.

CLÁUSULA 16ª - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

A - Por 03 (três) dias consecutivos, em virtude de morte de filho, cônjuge, irmão ou ascendente;

B - Por 01 (um) dia ao ano, para solucionar problemas decorrentes de doença em família (filho, cônjuge, irmão ou ascendente), comprovada por atestado médico; e

C - Por 04 (quatro) dias consecutivos, em virtude de casamento.

CLÁUSULA 17ª - ESTABILIDADE PARA O SERVIÇO MILITAR:

Garantias de emprego ou salário ao menor, em idade de prestação de serviço militar, desde o seu alistamento até 30 (trinta) dias após a baixa ou dispensa de incorporação.

CLÁUSULA 18ª - ESTABILIDADE EM AUXÍLIO DOENÇA:

Garantia de emprego ou salário por 30 (trinta) dias, a contar da data da alta médica do empregado, que retorne de auxílio doença, desde que o afastamento tenha sido de, no mínimo, por 90 (noventa) dias consecutivos.

CLÁUSULA 19ª - ESTABILIDADE DA GESTANTE:

Garantia de emprego ou salário à empregada gestante desde o início da gestação até 60 (sessenta) dias após o término do licenciamento legal.

CLÁUSULA 20ª - CRECHE OU AUXÍLIO CRECHE:

As empresas, que não possuem creche própria ou convênio creche, concederão auxílio creche no importe equivalente a 20% (vinte por cento) do piso salarial mensal da categoria, representada pelo Sindicato Profissional ora suscitante, às empregadas mães com filho até 6 (seis) anos de idade, por mês. Quando o convênio creche distar do estabelecimento de serviço de saúde empregador mais de 500 (quinhentos) metros, as empresas colocarão à disposição da empregada mãe, condução de ida e volta, para levar as crianças no percurso entidade-creche. Se não houver possibilidade do empregador fornecer a condução acima aludida, a empresa deverá conceder o pagamento do auxílio creche, na forma aqui estabelecida.

PARÁGRAFO ÚNICO: A documentação exigível das empregadas para o recebimento do Auxílio-Creche será: certidão de nascimento do filho, carteira de vacinação, declaração semestral de próprio punho afirmando o direito de guarda e a dependência econômica da criança e recibo da instituição ou pessoa física responsável pelos cuidados do referido menor.

CLÁUSULA 21ª - AVISO PRÉVIO:

Aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias para os trabalhadores que tiverem mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e mais de 01 (um) ano de serviço na mesma empresa.

CLÁUSULA 22ª - ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS:

As empresas deverão preencher o atestado de afastamento e salários (AAS) sempre que solicitado pelo empregado ou pelo INSS, sob pena de incorrer no pagamento da multa estipulada na cláusula 37ª.

CLÁUSULA 23ª - AUXÍLIO FUNERAL:

No caso de falecimento do empregado, a empregadora pagará à família do mesmo, o equivalente a 1,5 (um vírgula cinco) vezes um salário nominal mensal do falecido, sendo que, se motivada a morte por acidente de trabalho ou moléstia profissional, o pagamento será em dobro. Tais pagamentos serão efetuados independentemente das verbas remanescentes devidas.

CLÁUSULA 24ª - LANCHE NOTURNO:

Fornecimento gratuito de lanche substancial aos empregados que trabalhem em jornada noturna.

CLÁUSULA 25ª - FORNECIMENTO DE UNIFORME:

Os empregadores fornecerão uniforme aos empregados lotados no Setor Operacional (enfermagem, limpeza, cozinha e lavanderia), excetuando-se o pessoal administrativo, salvo se o empregador exigir o uso de uniforme também para a administração.

CLÁUSULA 26ª - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO:

Obrigatoriedade do fornecimento de equipamentos de proteção aos empregados para o exercício das respectivas funções, na conformidade da legislação de higiene, segurança e medicina do trabalho.

CLÁUSULA 27ª - FORNECIMENTO DE MATERIAL INDISPENSÁVEL:

Fornecimento de todo material indispensável ao exercício digno da atividade do empregado, na empresa.

CLÁUSULA 28ª - VALE TRANSPORTE:

Concessão de vale-transporte gratuito somente aos empregados que ganharem o piso normativo da categoria representada pelo Sindicato suscitante. Para os que ganharem acima desse piso salarial, aplica-se a lei.

CLÁUSULA 29ª - FÉRIAS:

As férias não poderão ter início nas folgas, sábados, domingos, feriados, exceto para os empregados que trabalhem em regime de escala, e em dias eventualmente compensados. O aviso prévio dessas férias deverá ser dado conforme o disposto na legislação em vigor.

CLÁUSULA 30ª - OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO EM CTPS:

O registro do Contrato de Trabalho na CTPS deverá ser feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de admissão, sob pena de incorrer na multa prevista na cláusula 37ª, independentemente das penalidades legais.

CLÁUSULA 31ª - CARTA AVISO:

Fica assegurada ao empregado despedido, sob alegação de justa causa, a entrega de carta aviso com os motivos da dispensa, sob pena de gerar presunção de despedimento imotivado.

CLÁUSULA 32ª - EXAMES MÉDICOS:

Os Exames médicos por ocasião da admissão e demissão dos empregados, na forma da lei, serão custeados exclusivamente pelas empresas.

CLÁUSULA 33ª - QUADRO DE AVISO:

Utilização pelo Sindicato Profissional do Quadro de Avisos das Empresas, para afixação de assuntos exclusivamente sindicais de esclarecimento dos empregados integrantes da respectiva categoria profissional.

CLÁUSULA 34ª - CORRESPONDÊNCIAS:

As empresas efetivarão a distribuição a seus empregados de toda a correspondência dirigida aos mesmos pelo Sindicato suscitante.

CLÁUSULA 35ª - MENSALIDADES SINDICAIS:

Os descontos das mensalidades dos associados do Sindicato Profissional serão feitas diretamente em folha de pagamento, desde que devidamente autorizado às empresas pelos enfermeiros (as), por escrito, e notificada o Sindicato Profissional, com indicação de valor das mensalidades, desobrigando o Sindicato Profissional, do fornecimento de recibos de quitação das mensalidades. Os descontos das mensalidades em folha de pagamento, somente poderão cessar após devidamente comprovado a exclusão do quadro social do associado mediante notificação da Entidade Sindical, ou após o desligamento do empregado por demissão ou aposentadoria, ficando terminantemente proibido os pedidos de exclusão apresentados perante o Setor de pessoal da empregadora.

CLÁUSULA 36ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL:

Nos precisos termos de decisão da Assembléia Geral, as empresas abrangidas pela presente Norma Coletiva de Trabalho descontarão da remuneração dos enfermeiros (as) empregados dos estabelecimentos de serviços de saúde do Estado do Pará, no mês em que houver a homologação deste acordo, a importância de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), a título de Contribuição Assistencial. Os valores previstos nesta cláusula, após o desconto, serão recolhidos pelas empresas mediante boleto bancário encaminhado pelo sindicato.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os enfermeiros beneficiários que discordarem do pagamento da contribuição assistencial poderão se opor ao desconto previsto nesta cláusula, mediante requerimento a ser feito diretamente ao sindicato dos enfermeiros, até dez dias após o desconto em contra cheque deste receberão a devolução do valor descontado.

CLÁUSULA 37ª - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PROFISSIONAL:

Nos precisos termos da decisão da Assembléia Geral, as empresas abrangidas pela presente norma coletiva de trabalho descontarão mensalmente dos seus empregados, a partir do mês seguinte àquele em for efetuado o desconto da contribuição assistencial, o valor correspondente a 2% do menor piso da categoria que é de R\$ 915,00, ficando o desconto em R\$ 18,30 a título de contribuição confederativa, recolhendo-o à conta mencionada na Cláusula abaixo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os enfermeiros que não desejarem continuar pagando a contribuição confederativa poderão exercer livremente seu direito de oposição, através de documento a ser protocolado na Secretaria do sindicato profissional, que no prazo de 10 (dez) dias, **após o desconto em contra cheque** informará à empresa para que faça cessar o desconto.

CLÁUSULA 38ª - MULTAS:

I - Fica estabelecida a multa de um (01) salário-dia do empregado por dia de atraso, caso o empregador não satisfaça, nos prazos previstos em lei, o pagamento dos salários e gratificações natalinas, em favor do empregado;

II - Multa por descumprimento de todas as obrigações de fazer inseridas nesta Convenção Coletiva de Trabalho e que não possuam cominações próprias, equivalente a 5% (cinco por cento) do piso salarial da categoria para cada empregado sujeito a esta Convenção, em favor da parte prejudicada.

CLÁUSULA 39ª - NORMAS CONSTITUCIONAIS:

A promulgação da legislação ordinária e/ou complementar regulamentadora dos preceitos constitucionais, substituirá, onde aplicável, os direitos e deveres previstos nesta Convenção Coletiva de Trabalho, ressalvando-se sempre as condições mais favoráveis aos empregados, vedada em qualquer hipótese a acumulação de benefícios.

CLÁUSULA 40ª - COMISSÃO PARITÁRIA SINDICAL:

As Entidades Sindicais Suscitante e Suscitada manterão Comissão de Paritária, formada por membros da Diretoria de ambos os sindicatos, para discutir problemas relativos aos interesses da categoria, inclusive os referentes ao seu Piso Salarial e no estabelecimento de futuras metas a serem atingidas para os fins de concessão de PLR (Participação nos Lucros ou Resultados) das empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 41ª - ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA:

O adicional de transferência, previsto no artigo 469, Parágrafo 3º, da CLT, será de 30% (trinta por cento).

CLÁUSULA 42ª - GARANTIAS GERAIS:

Ficam asseguradas aos empregados as condições mais favoráveis, decorrentes de Acordos Coletivos, com relação a quaisquer das cláusulas neste instrumento.

CLÁUSULA 43ª - JUÍZO COMPETENTE:

O cumprimento de qualquer das cláusulas da presente Norma Coletiva será exigido perante a Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA 44ª - ADICIONAL NOTURNO:

Pagamento do adicional de 40% (quarenta por cento) a partir de 1º de abril de 2.010, para o trabalho prestado entre 22:00 e 5:00horas.

CLÁUSULA 45ª - CONTROLE DE PONTO:

É obrigatório o controle de ponto, seja qual for o número de empregados. A marcação do ponto poderá ser feita por meio mecânico ou similar, ou livro de ponto, podendo o horário de refeição ser anotado ou não, a critério do empregador.

CLÁUSULA 46ª - JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO:

Faculdade de Empregados e Empregadores estabelecerem jornada de 12 x 36, ou seja, doze horas de trabalho com uma hora de intervalo para refeição por trinta e seis horas de descanso, assegurando-se, outrossim, duas folgas mensais, ou o pagamento das horas extras correspondentes, conforme escala de trabalho estabelecida pelo empregador, sempre com a assistência dos sindicatos.

CLÁUSULA 47ª - ESTABILIDADE AOS CIPEIROS:

Estabilidade aos Cipeiros, na forma da lei.

CLÁUSULA 48ª - LICENÇA ADOÇÃO:

À empregada mãe adotante será concedida licença remunerada, na forma da Lei nº 10.421, de 15 de abril de 2.002.

CLÁUSULA 49ª - LICENÇA PATERNIDADE:

Após o nascimento de seu filho o empregado terá direito a uma licença de 5 (cinco) dias, sem prejuízo da remuneração.

CLÁUSULA 50ª - CARTA DE APRESENTAÇÃO:

Os empregadores fornecerão aos empregados, quando demitidos sem justa causa, carta de apresentação, a qual deverá ser entregue aos mesmos no ato da homologação da rescisão contratual, quando tal carta for solicitada pelo empregado.

CLÁUSULA 51ª - ANTECIPAÇÃO EM CASO DE AUXÍLIO DOENÇA:

Em caso de concessão de auxílio doença ao empregado, a empresa se obriga a antecipar 50% (cinquenta por cento) do montante correspondente aquele a ser percebido do órgão previdenciário durante os primeiros sessenta (60) dias após o afastamento e desde que a solicitação seja feita pelo trabalhador, por escrito. Esses valores serão compensados, a critério da empresa, após o retorno do empregado ao serviço.

CLÁUSULA 52ª - ESTABILIDADE ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA:

Garantia de emprego e salário aos empregados com mais de 5 (cinco) anos na mesma empresa, que estejam a menos de dois anos do direito da aposentadoria por tempo de serviço, sendo que adquirido o direito, cessará a estabilidade.

CLÁUSULA 53ª - GARANTIA DE IGUAL SALÁRIO/REMUNERAÇÃO

Garantia de igual salário/remuneração, para trabalho de igual valor, independentemente de sexo, raça e cor.

CLÁUSULA 54ª - CONTRATAÇÃO POR COOPERATIVAS DE TRABALHO

As partes convenientes recomendam às empresas a não firmar contratos para contratação de mão de obra por cooperativas, seja em qualquer atividade da empresa.

CLÁUSULA 55ª - NR 32 E SUAS RESOLUÇÕES 1, 2 e 3 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

As partes convenientes recomendam às empresas e suas contratadas, ministrarem o curso básico para todos os funcionários, conforme disposto na NR-32 e suas Resoluções 1,2 e 3 do Ministério do Trabalho e Emprego.

CLÁUSULA 56ª – RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO – HOMOLOGAÇÃO

Em caso de rescisão de contrato de trabalho de empregado com mais de 01 (um) ano de serviço na Empresa, esta processará a respectiva homologação com o representante do Sindicato da categoria profissional existente no Município ou com autoridade local competente, que deverá ser encaminhado a referida rescisão de contrato de trabalho do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Pará, imediatamente após a referida homologação.

CLÁUSULA 57ª - VIGÊNCIA:

As cláusulas e condições da presente Convenção Coletiva de Trabalho vigorarão de 1º de abril de 2.010 a 31 de março de 2.011.

São Paulo, 21 de junho de 2.010.

SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE MEDICINA DE GRUPO - SINAMGE
Wagner Barbosa de Castro - Diretor
CPF: 530.164.088-72

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DO PARÁ – SENPA
Dra. Antonia Trindade Valente dos Santos - Presidente
CPF: 094.143.122-34